

SANTOS, Aryelton Medeiros dos. Direitos, Gênero e Povos de Terreiros: breves considerações sobre Diferença, Diversidade e Liberdade. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v1., n.1, jan-jul de 2021, p. 124-126, ISSN (Em Solicitação).

ALVES, Carlene Costa; ALVES, Danielle do Nascimento; MARQUES, Fernanda Vanessa Abreu Diniz; RAMOS, Juliana Belo; CARDOSO, Marcos André Pinheiro. **Direitos, gênero e povos de terreiros**. São Luís/MA: Editora Expressão Feminista. 2021. 90p.

DIREITOS, GÊNERO E POVOS DE TERREIROS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DIFERENÇA, DIVERSIDADE E LIBERDADE

Rights, gender and People of Terreiros: brief considerations on difference, diversity and freedom

A obra, aqui abordada, intitulada *Direitos, gênero e povos de terreiros*, traz em seu escopo cinco artigos desenvolvidos por um grupo de autores que abrangem temáticas diversas em sua composição, tais como direito cível e processual, violência doméstica e crimes contra a liberdade religiosa. Pautada em questões sociais do direito, em seu âmbito jurídico, social e religioso. Amparado pelas jurisprudências majoritárias e pela legislação vigente, a obra tende a convidar o leitor a refletir sobre diversas situações existentes que interferem na vivência de cotidiana de grandes grupos sociais, de modo que cada capítulo pode ser lido distintamente e individualmente.

O primeiro capítulo, intitulado de *Análise da compatibilidade do jus postulandi no âmbito do processo judicial eletrônico*, discute como a implementação do processo judicial eletrônico, conhecido como PJE, constituído pela lei 11.409/06, pode dificultar o exercício do *jus postulandi*, que é a capacidade do indivíduo tutelar juridicamente o seu direito, sem a necessidade de ser assistido de um advogado ou advogada, suas consequências na Justiça do Trabalho, e o quanto isso pode interferir no acesso à justiça, onde as partes enfrentam dificuldades no uso do sistema e no acompanhamento processual.

No seu segundo capítulo, se é abordado o tema da *Alienação fiduciária de bem imóvel: Uma abordagem à luz da lei nº 9.514/97*, que rege sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário. Alienação fiduciária é um instrumento contratual em que o próprio bem é a garantia da liquidação do pacto contratual em caso de inadimplência do devedor fiduciante. O capítulo se divide de forma cronológica diante o contexto histórico, legislativo e sua aplicação e as consequências ao devedor em relação à violação do pacto contratual e à segurança para os agentes financeiros.

O terceiro capítulo versa sobre *A violência contra a mulher no âmbito familiar e a eficácia da lei Maria da Penha*, apresentando uma noção histórica e social acerca da violência contra a mulher em seus diversos aspectos, principalmente o familiar, amparados inicialmente pela pesquisa bibliográfica e posteriormente pela lei 11.340/06. O capítulo mostra a trajetória e a aplicação da referida lei no âmbito jurídico nacional, como sanção à violência doméstica, aquela praticada dentro do lar da vítima, em maioria das vezes por seus familiares mais próximos, sendo as mulheres vítimas da histórica dominação do sexo masculino em trajetória social e sobre como o feminicídio é visto juridicamente e sua aplicabilidade geral.

Violência de gênero: Uma análise da categoria violência psicológica contra a mulher é o artigo que compõe o quarto capítulo do livro. Apresentando de forma direta o seu objetivo, o capítulo disserta mediante uma contextualização sobre a violência de gênero em sua relação à desigualdade de direitos e enquanto desrespeito à Constituição Federal de 1988, onde homens e mulheres são igualmente equiparados em direitos e deveres. Apontando o surgimento das legislações específicas que tratam sobre o tema principal até a promulgação da Lei Maria da Penha e a abordagem de âmbito psicológico da violência silenciosa à vida psíquica das vítimas.

O quinto e último capítulo, intitulado de *Os crimes cometidos contra os povos de terreiros e comunidades de matriz africana em São Luís/MA*, traz uma análise cronológica, na esfera legislativa, acerca dos instrumentos legais do modo em que o Estado brasileiro visa proteger a liberdade religiosa dos povos de matrizes africanas. O estudo mostra dados oficiais de órgãos competentes que atuam na manutenção do direito a liberdade religiosa e como, de fato, a realidade é encarada no estado do Maranhão.

Um pouco diferente da ideia inicial que a capa e o nome da obra transpassam, o livro nos leva a uma viagem pedagógica entre o direito material, a violência de gênero e os crimes contra a liberdade religiosa. O primeiro capítulo se apresenta com uma proposta de análise do exercício do *jus postulandi* diante a implementação do PJE – Processo Judicial Eletrônico. Mas, ao iniciar a leitura, percebe-se que o texto se limita no âmbito trabalhista, desamparando o exercício provocado diante dos Juizados Especiais da Justiça Comum (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995) e da Justiça Federal (Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001), em que ambos permitem que o autor possa pleitear uma demanda judicial sem a necessidade da assistência advocatícia, desde que que estejam dentro das limitações previstas nos institutos legais. Em parte, o capítulo expõe a dificuldade de muitos indivíduos sem condição financeira para contratação de uma assistência, omitindo o grande amparo constitucional das Defensorias Públicas.

Art. 134/CF-1988 - A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014).

O quinto e último capítulo, é o mais original da obra pela a sua centralização regional, pela conexão com o título do livro e a com imagem de capa, como também pela forma como os dados foram apresentados, perfazendo, assim, um capítulo sóbrio, fundamentado e completo sobre os desafios do Estado em preservar o direito à liberdade religiosa, que é o direito de cultuar livremente sua religião sem que a autonomia de crença seja violada, sendo uma garantia constitucional prevista no Art. 5º, inc. VI da Constituição Federal de 88. Assegurando, também, a inviolabilidade moral do indivíduo e punindo, de acordo com *Lei 9.459/2007*, com multa e até prisão, aquele que praticar, induzir e incitar discriminação ou o preconceito. No que se propõe, a obra em geral, apresenta ideais estruturados e de relevância social, expondo uma linguagem clara, objetiva e inclusiva, de fácil entendimento para os mais diversos públicos que o almejam em seu conteúdo.

O livro pode ser grandemente indicado para os alunos, professores e pesquisadores dos mais diversos cursos das ciências humanas e sociais, como também ao público externo que deseja conhecer de forma direta os temas abordados, pois transpassam um conhecimento que se é aplicado tanto de maneira acadêmica quanto de modo social, sendo, de fácil entendimento para qualquer interessado na leitura.

Aryelton Medeiros dos Santos